

A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960

The influence of the Cuban Revolution on the history of Popular Action

JEAN RODRIGUES SALES ¹

RESUMO



O artigo analisa a influência do foquismo na história da Ação Popular (AP) no decorrer da década de sessenta. Não se trata de fazer um estudo sobre a história da organização, mas sim uma discussão sobre as influências teóricas do ideário cubano na trajetória ideológica da AP. A conclusão geral é de que o foquismo representou uma fase curta, porém importante, nas definições políticas desse grupo.

Palavras-chave: Ação Popular; Foquismo; Esquerdas, Ditadura Militar, Luta armada

ABSTRACT



This article analyzes the influence of the Cuban Revolution on the history of the Ação Popular (AP) [Popular Action] during the sixties, until its adhesion to Maoism and the PCdoB [Communist Party of Brazil]. The hypothesis developed in this article asserts that between 1964 and 1967, Foquismo [the Foco theory/Focalism] was seen as a viable alternative in AP's quest for a revolutionary path and struggle against the Brazilian military regime.

Keyword: Popular Action; Foquismo; Left; Dictatorship; Armed struggle.

1-Doutor em História. DHE-IM-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ.
e-mail: jeanrodrigues5@yahoo.com.br

Apresentação

O interesse pela história da Ação Popular (AP) reside na singularidade que marcou a sua trajetória entre os diversos agrupamentos do que se convencionou chamar de Nova Esquerda brasileira. Alguns autores já destacaram a inserção da AP em movimentos sociais do período, particularmente no Movimento Estudantil, e o caminho por ela aberto no interior da Igreja Católica para a atuação de correntes políticas progressistas. Contudo, há que se ressaltar, ainda, a importância da sua origem e do seu significado dentro do campo das esquerdas brasileiras no início da década de 1960. Enquanto a maioria dos grupos surgiu de cisões ou em oposição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas ligados de alguma forma ao ideário representado pela tradição leninista, a AP estruturou-se com uma proposta de luta contra o capitalismo, preocupada com o humanismo e em oposição ao socialismo existente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O que pretendemos neste artigo é realçar o papel que desempenharam as ideias originárias da Revolução Cubana na trajetória da AP, ideias estas que podem ser sintetizadas pelo conceito de foquismo². Vale adiantar que o período de influência cubana na AP não recebeu ainda a atenção devida nos estudos a seu respeito e, sempre que é mencionado, ele aparece como momento de transição para a adesão da AP ao maoísmo³. Este tipo de interpretação, por sua vez, pouco acrescenta ao entendimento do intenso debate ideológico que ocorreu na organização antes e após o golpe de 1964, que a levaria a aderir ao marxismo-leninismo, e durante o qual as ideias de Che Guevara, de Fidel Castro e de Régis Debray tiveram grande importância. Concordamos com Reginaldo Benedito Dias (1997) a respeito da complexidade das tendências, projetos e disputas que acompanharam a trajetória da AP. Para o autor, esses elementos, muitas vezes, ficaram ofuscados pela análise pioneira de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), responsáveis pela cristalização de uma interpretação sobre a história da Ação Popular,

2 - O foquismo caracteriza movimentos que, influenciados por Cuba, acreditavam que seria possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas, sem a liderança de um partido comunista (SALES, 2007; ROLLEMBERG, 1997). Esperava-se que, uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a tomada do poder. Assim, durante o processo de luta, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas. Cf. Régis Debray (s/d) e Che Guevara (1981). Uma síntese dos textos de Guevara e Debray pode ser vista em Carlos Alberto Barão (2003) e Hector Saint-Pierre (2000).

3 - O maoísmo está relacionado às ideias e práticas do líder revolucionário chinês Mao Tse-Tung. A partir dessa teoria, muitos grupos passaram a defender que a guerrilha rural deveria ser a tática preferencial aplicada nos processos revolucionários ocorridos em países do Terceiro Mundo, sob a forma de uma “guerra popular prolongada”, liderada por um partido comunista. Sobre a influência desse ideário na esquerda brasileira, ver Daniel Aarão Reis Filho (1991).

como se esta organização, desde a sua origem, tivesse dado passos sucessivos na direção de sua incorporação ao verdadeiro marxismo-leninismo representado pelo PC do B. A avaliação retrospectiva, construída quando a incorporação era fato consumado e sob a leitura que o PC do B fazia do processo, apaga as tensões e a diversidade de posições (...) (DIAS, 1997, 131).⁴

A hipótese desenvolvida neste artigo é a de que entre 1964 e 1968 o foquismo chegou a ser visto como uma alternativa viável na busca da AP por um caminho revolucionário e de luta contra o regime militar. Como sabemos, ela acabou aderindo ao maoísmo e se incorporando ao PC do B, mas, antes disso, teve que empreender um amplo debate sobre o significado da experiência revolucionária cubana.

Antecedentes da Ação Popular

A AP tem as suas origens ligadas à estrutura da Igreja Católica, tendo emergido do interior da Juventude Universitária Católica (JUC), setor especializado no meio universitário, que fazia parte, por sua vez, da Ação Católica (AC), organização da Igreja voltada para os leigos. Além da JUC, fazia parte da AC uma série de outros grupos especializados em variados setores da sociedade, casos da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e da Juventude Independente Católica (JIC).

A JUC passou a organizar-se nacionalmente apenas por volta de 1950 e, no início, seu objetivo era o de reafirmar os ideais da Igreja, valorizando a ordem e a harmonia social. No que diz respeito à questão social, caberia a ela “reformular as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus” (JUC apud RIDENTI, 2002, p. 215). No decorrer da década de 1950, porém, haveria uma

4 - Além da análise de Lima e Arantes (1984), surgiram novas interpretações sobre a história da AP que procuram destacar a complexidade da trajetória desta organização, bem como os vários projetos e possibilidades que a acompanharam. Podemos lembrar aqui, além da dissertação de Reginaldo Dias (1997), os trabalhos de Franklin Oliveira Jr. (2000), Marcelo Ridenti (2002), Mônica de Oliveira (2005), Santana (2008), Sá (2015), Duarte (2010), Ciambarella (2007) e Dias (2004, 2017).

profunda mudança nas preocupações e no envolvimento de grande parte dos membros da JUC com os problemas sociais e políticos do país.

No processo de transformação da organização, dois fatores desempenharam papel importante. O primeiro foi a mudança ocorrida na própria Igreja, que se aproximou dos problemas sociais. Já o segundo fator se refere às condições históricas, tanto nacionais quanto internacionais, que marcaram a passagem dos anos 1950 para a década seguinte.

No que diz respeito às mudanças na Igreja, segundo Michael Löwy, suas origens remontam ao final da década de 1950, a partir de dois marcos:

um deles no Vaticano – a eleição do Papa João XXIII – e o outro em uma ilha Caribenha: a vitória da Revolução Cubana. Esses eventos possibilitariam, entre outras coisas, o desenvolvimento, no Brasil, no início dos anos 60, de uma *esquerda cristã*, que viria a servir de inspiração para a formação do “cristianismo da libertação”. (LÖWY, 2000, p.7)

No que concerne às circunstâncias históricas, internacionalmente temos em primeiro lugar a vitória da Revolução Cubana, em 1959, que causaria grande impacto nas esquerdas latino-americanas. No mesmo período, ocorreram ainda a independência da Argélia em 1962, a guerra do Vietnã e as lutas anticoloniais na África e Ásia. Além dessas revoluções, que tinham um forte caráter anti-imperialista, acontecia um lento, mas irreversível, processo de crítica ao modelo socialista soviético, iniciado a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Internamente, o Brasil vivia um processo de efervescência política, particularmente durante o governo de João Goulart, quando parte da sociedade se engajou na luta pelas chamadas reformas de base. Os “tempos de Goulart”, como afirmou Caio Navarro de Toledo (1983), singularizaram-se dentro da história política brasileira, pois “neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel” (TOLEDO, 1983, p.167).

O meio estudantil universitário também sofreu modificações significativas no período. Já na segunda metade da década de 1950, durante o governo Juscelino Kubistchek, a União Nacional dos Estudantes (UNE) apareceria em campanhas importantes, de nítido comprometimento popular. No processo de politização dos universitários, segundo João Roberto Martins Filho (1997, p. 75-81), mais do que comunistas ou socialistas, o papel principal foi desempenhado pela JUC e pela JEC.

O resultado prático da organização jucista no meio estudantil não demoraria a aparecer. Em 1961, um de seus membros, Aldo Arantes, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes. A partir de então, a UNE – e, por sua vez, a JUC, já como força hegemônica no Movimento Estudantil – se envolveu em uma série de episódios importantes da política nacional. Entre estes, vale lembrar da participação na Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, contra a tentativa de um golpe militar em 1961; a campanha pela reforma universitária, que desembocou na chamada “greve de 1/3”, que teve adesão nacional; a participação na Frente de Mobilização Popular (FMP) e, por fim, na organização da UNE-Volante, que percorreu praticamente todas as capitais do país, organizando nacionalmente os estudantes.

O nascimento da AP

No decorrer dos anos 1950, o setor posicionado mais à esquerda da JUC se afastava cada vez mais do caminho trilhado pela Igreja, o que aparece de forma evidente em seu Congresso, realizado em 1960. No documento final, intitulado “Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro”, foi feita uma condenação do sistema capitalista enquanto estrutura sustentada por toda sorte de abusos, de exploração e de crimes contra a dignidade humana, razão pela qual só poderia merecer a “tranquila condenação da consciência cristã”. Junto com essa crítica, foi feita a opção por um “socialismo democrático” e pela “revolução brasileira”, o que implicava numa atuação que ultrapassasse os limites universitários. (DIAS, 1997, p. 27)

A mudança de rumo da JUC não tardaria a entrar em choque com a estrutura da Igreja, que em um dos de seus documentos assinalava que os cristãos não poderiam considerar o socialismo como a solução para os problemas políticos e socioeconômicos do país. Além disso, também foram tomadas medidas contra membros da JUC que mantinham alianças com os comunistas. (DIAS, 1997, p. 90)

O conflito com a estrutura da Igreja Católica, e a necessidade de uma organização política que fosse capaz de responder aos problemas colocados pela intensa conjuntura política, levaram setores da JUC a buscar a criação de uma outra organização. É importante ressaltar que embora o setor oriundo da JUC tenha tido predominância na fundação da AP, outros grupos sociais, religiosos e não religiosos, e mesmo alguns que não mais estavam no meio estudantil, tiveram presença na fundação da Ação Popular, conforme afirma Duarte Pereira Pacheco, um dos fundadores e líder nacional da AP a partir de 1965 (PACHECO apud RIDENTI, 2002, p. 227).

A Ação Popular (AP) foi criada em uma série de três reuniões entre 1962 e 1963, tendo como base principalmente setores da JUC que se encontravam em Minas Gerais, com figuras significativas como Herbert José de Souza (Betinho) e Vinícius Caldeira Brant. No Rio de Janeiro, a criação contou com a presença de Aldo Arantes, primeiro membro do grupo jucista a ocupar a presidência da UNE; e na Bahia, estavam Haroldo Lima, Paulo Mendes, entre outros.

A primeira reunião ocorreu em São Paulo, no início de 1962, e aprovou um documento intitulado “Estatuto Ideológico”, que defendia o “socialismo” e a “revolução brasileira”. O nome então escolhido foi o de Grupo de Ação Popular (GAP), logo depois abandonado para que não fosse confundido com um agrupamento de extrema direita chamado Grupo de Ação Patriótica (GAP). Antes de passar a se chamar Ação Popular, o movimento ficou conhecido ainda como “Grupão”. A segunda reunião aconteceu em junho de 1962, em Belo Horizonte, momento em que foi adotado o novo nome: Ação Popular. A terceira reunião aconteceu em fevereiro de 1963, na cidade da Salvador, constituindo-se no I Congresso da AP (LIMA; ARANTES, 1984, p. 35-36).

Socialismo com humanismo

A proposta de socialismo da AP, anterior à sua adesão ao maoísmo, antecipou, em vários aspectos, muitas discussões que surgiram nas décadas de setenta e oitenta sobre as possibilidades de um socialismo com democracia, diferente do sistema que existia na URSS. Já no documento convocatório para a segunda reunião de constituição da AP, aparecia seu projeto singular no panorama da esquerda nacional: “um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem”. (AP apud GARCIA, 1979).

Essa ideologia própria, que se propunha diferente do marxismo e do idealismo, não impedia que a AP se orientasse em busca do socialismo, constituindo-se em um “movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo.” (AP apud GARCIA, 1979). A formulação do socialismo da AP apareceria de forma mais elaborada no documento aprovado em 1963, pelo qual se pautaria até a sua adesão formal ao marxismo-leninismo. Nele, a organização propunha um “socialismo com o humanismo”. Em outras palavras, um projeto “que procurava harmonizar através de uma

nova síntese, a concepção da revolução como necessária negação do capitalismo demandada por suas contradições e o imperativo ético advindo do humanismo.” (DIAS, 1997, p. 93)

A perspectiva era de uma revolução socialista, ainda que na análise da sociedade brasileira a AP apontasse a existência de um setor arcaico e feudal no campo, que coexistia com um setor capitalista. Talvez possamos conjecturar que essa opção pela revolução imediatamente socialista esteja ligada ao impacto causado pelo exemplo cubano no continente⁵. Do mesmo modo, as ideias oriundas de Cuba, bem como de outras experiências revolucionárias no Terceiro Mundo, podem ter levado a organização a não descartar a possibilidade do uso da violência revolucionária. Nas palavras da AP:

Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violência revolucionária gerada por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência. (REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 41)

Ainda no Documento Base, a AP, ao analisar as experiências socialistas destaca a Revolução Cubana como um exemplo da complexidade do “mundo socialista em gestação”, que não se confundia com o bloco “político-militar soviético”, podendo comportar experiências e orientações ideológicas distintas. Nesse sentido, não passa despercebido à AP que “a Revolução Cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria firmado *a posteriori*, apenas em 1961, diante da conjuntura internacional” (REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 38). Parece-nos perfeitamente possível imaginar que na medida em que a AP ressaltava o caráter original da revolução feita pelos cubanos, ela estava ao mesmo tempo justificando a sua proposta de socialismo, que se pretendia independente tanto da tradição de esquerda brasileira como de correntes comunistas internacionais.

Uma evidência da influência das ideias cubanas sobre o Movimento Estudantil, o que pode ter se estendido até as primeiras formulações da AP, está nas inúmeras matérias sobre Cuba publicadas no jornal *O Metropolitano*⁶, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, que circulava como encarte do *Diário de Notícias*, informativo do estado da Guanabara. Em muitos dos artigos assinados pelos membros da JUC no jornal,

5 - Marcelo Ridenti (2002), em capítulo sobre a história da organização, também aponta a presença da influência cubana no Documento Base da AP (p. 232).

6 Ver, a título de exemplo, as seguintes matérias d’O Metropolitano: “Cubanos no Rio” (05/05/1959); “Fidel na praça e na UME” (10/05/1959); “A América Latina não se renderá” (23/04/1961); “A verdadeira face da revolução” (25/12/1960).

em sua maioria em defesa da ilha de Fidel diante da agressão norte-americana, era indisfarçável a influência cubana no projeto político dos estudantes brasileiros. Em um dos editoriais, afirmava *O Metropolitano*:

sabemos que Cuba tornou-se uma decisão continental: a nossa decisão de liberdade, de democracia e de realização história autêntica. Isto nos basta, a nós, os estudantes de uma nação que projeta para sua história a realização deste princípio.⁷

Outro exemplo do significado e influência de Cuba sobre membros da JUC é o da experiência de Herbert de Souza (Betinho), que veio a ser o primeiro coordenador da AP, sendo, no pós-64, criticado por defender posições próximas das cubanas. De acordo com Betinho, nos anos de 59, 60, 61, a Revolução Cubana tinha uma presença marcante em Belo Horizonte, “e todos éramos revolucionários cubanos” (SOUZA, 1978, p. 74; SOUZA, 1996). Betinho relata um episódio revelador desse espírito “cubano” que reinava no meio estudantil. Quando atuava no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pensou em uma manifestação na qual simulariam uma visita de Fidel Castro a Belo Horizonte, aproveitando-se do fato de Castro estar efetivamente naquele momento no Rio de Janeiro, o que ajudava a compor a cena. No dia marcado, um estudante colocou uma barba postiça e fez um discurso em “espanhol” do terceiro andar da sede do DCE. O impressionante no caso, e revelador do clima da época, é que compareceram estudantes de direita que, acreditando no simulacro, ou desejando apenas atacar os membros do DCE, ameaçaram de morte os organizadores. Após terem conseguido escapar, estes foram para o centro da cidade fazer discursos sobre a Revolução Cubana (SOUZA, 1996, p. 34-35).

Ainda que diversos aspectos da influência cubana estivessem presentes já nos tempos da JUC, tendo influenciado as primeiras formulações políticas da AP, é certo que o período de maior impacto de Cuba na organização se deu entre 1965 e 1967. Nesse período, a AP estava discutindo as perspectivas abertas pelo golpe civil-militar de 1964, sendo as ideias cubanas um ponto fundamental de seu debate ideológico.

7 - “Cuba: decisão continental”. *O Metropolitano*, 04/09/1960.

O impacto do golpe e a atração pelo foquismo

Toda a mobilização popular do início dos anos 1960, que parecia enfim anunciar uma maior democratização do país, desmoronou sob os tanques que saíram dos quartéis no último dia do mês de março de 1964. A derrota do que parece ter sido o maior movimento de massas da história brasileira marcou profundamente os atores que participaram de seus acontecimentos. A grande culpa pela derrota recaiu sobre o PCB, então o partido mais importante entre os grupos de esquerda, sendo identificado com a política de João Goulart. A partir das discussões sobre os erros cometidos e os novos caminhos a serem trilhados, a esquerda brasileira se dividiu em grande número de grupos, que caminhariam, em muitos casos, para a luta armada contra a ditadura militar.

No caso da AP, também as discussões feitas após o golpe modificariam a organização, que reavaliaria criticamente suas posições políticas. A mudança de rumo apareceria em sua prática (parte de sua direção chegou a se articular com Leonel Brizola, então no exílio uruguaio, em uma tentativa de fazer resistência armada ao regime militar⁸) e, principalmente, em suas concepções ideológicas, com a aprovação da “Resolução Política de 1965”. Nesse documento, mesmo afirmando a continuidade com as ideias anteriores, a organização passou a enfatizar a necessidade da luta armada revolucionária, com nítida influência foquista. A Resolução fez uma série de críticas ao Documento Base, como no que diz respeito à imprecisão em relação aos objetivos estratégicos e, em consequência, à tática da AP:

o Documento Base encaminhava para o modelo estratégico de infiltração gradual no poder estabelecido e de radicalização progressiva, através das lutas de massa e ideológicas, tudo conduzindo a uma grave crise decisiva do poder, ou seja, a um desfecho revolucionário. Só que, não prevendo para esse desfecho nenhuma saída, sua estratégia conduzia a um impasse, do que já estamos colhendo frutos antecipados com a ditadura militar implantada no país.⁹

8 - Sobre as articulações de líderes da AP com Brizola no Uruguai, ver Souza (1978).

9 - O documento “Uma política revolucionária para o Brasil (Resolução Política de 1965)” pode ser consultado no Fundo Duarte Pereira Pacheco (FDPP), no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP.

São inúmeras as características da Resolução nitidamente inspiradas no foquismo, sobretudo no que se refere ao caminho da luta armada para se chegar à “Revolução Socialista de Libertação Nacional”, conceito eclético que revela diversas influências e incertezas na elaboração da nova política revolucionária da AP. Um primeiro ponto que deve ser ressaltado é o balanço da “perspectiva histórica latino-americana”, no qual a AP reafirma como objetivo político a “revolução socialista”, e aponta como estratégia a “luta insurrecional”¹⁰.

A opção desse tipo de luta deveria considerar a falta de condições objetivas da “forma clássica de insurreição ou levante armado urbano”¹¹. Neste caminho, indicava-se a escolha de uma estratégia de luta insurrecional que contemplasse certas condições: a possibilidade de sustentar militarmente, desde o início, as frentes de luta institucional; o desenvolvimento da luta a partir do campo, onde são maiores as condições de resistência diante da superioridade do inimigo; a possibilidade de desgaste progressivo do aparelho policial-militar, simultaneamente à montagem do dispositivo armado; o favorecimento do crescimento das forças populares e a elevação de seu nível de consciência. Em suma, era necessário escolher uma forma de “luta insurrecional” que desse condições para que o povo pudesse “criar gradativamente o seu próprio poder”, “primeiro para vencer o inimigo, e logo como poder para construir a nova sociedade”. O tipo de luta que observava tais condições, segundo a Resolução, era a “*guerra revolucionária*” ou “*guerra de guerrilhas*”, “cuja eficácia já confirmada por várias experiências históricas e cuja estratégia, sistematizada a partir mesmo dessas diversas experiências, *se adapta às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil*”¹².

Sobre as condições mínimas necessárias à implantação da guerrilha, entre as quais estava o apoio das massas, o documento pondera que seria necessário buscar um equilíbrio entre o apoio popular e a necessidade urgente do desencadeamento da luta armada. Entretanto, enveredando ainda mais pelo princípio de que era possível acelerar o processo revolucionário, afirma que

se a falta das condições mínimas de mobilização e organização condenam a guerrilha a um desastre inevitável, a exigência prévia de um movimento de massas fortíssimo e perfeitamente estruturado condenaria as forças revolucionárias a uma espera perpétua, pois não é provável que os movimentos de massas, nas condições presentes e pelas razões já pontadas, sobretudo pela repressão policial, consigam atingir este nível, sem que se

10 - Resolução Política de 1965, p. 33.

11 - Ibidem, p. 55.

12 - Ibidem, p. 56. Grifo nosso.

desenvolvam simultaneamente no campo uma frente de luta armada que sirva de apoio e sustentação.¹³

Para a resolução da difícil equação entre apoio popular e desencadeamento da luta guerrilheira, a Resolução Política apoia-se no exemplo das três contribuições fundamentais da Revolução Cubana para a América Latina, que teriam sido apontadas por Che Guevara:

primeiro: as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. Segundo: na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo. Terceiro: nem sempre se tem de esperar que dêem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode ajudar a criá-las.¹⁴

Como podemos perceber, as formulações da Resolução Política de 1965 têm clara influência da experiência cubana, o que não significa dizer que a AP teve uma fase tipicamente “castrista”, no sentido de uma aplicação imediata da luta guerrilheira. Essa afirmação, contudo, não diminui a importância do papel desempenhado pelas ideias cubanas no debate ideológico da organização entre 1965 e 1967.

O castro-guevarismo da AP

Não concordamos com afirmações que apontam a existência de uma fase castrista propriamente dita na trajetória da AP, pelo menos não da forma que a organização assumiu o maoísmo como ideologia oficial a partir de meados de 1968¹⁵. O que houve, e é disso que trataremos agora, foi uma presença marcante de ideias cubanas no debate que ocorreu dentro

13 - Ibidem, p. 63. Grifo nosso.

14 - Resolução Política de 1965, p. 63.

15 - Para Duarte Pacheco Pereira, se entendermos guevarismo como opção pela luta armada, pela guerra de guerrilhas como método para desenvolvê-la e pela montagem imediata de um foco guerrilheiro no campo como forma de iniciar a guerra de guerrilhas, a AP não pode ser considerada guevarista, pois nunca aderiu completamente a este programa. Para Pereira, setores da AP chegaram a aderir ao foquismo (PEREIRA apud RIDENTI, 2002, p. 275). Concordamos com a observação de Duarte Pereira sobre o fato de a AP não ter aderido formalmente ao foquismo. Por outro lado, a nosso ver, a AP se aproximou bastante desse ideário, como pode-se ver pelas formulações da própria “Resolução Política de 1965” e de outras questões que passaremos a discutir adiante.

da AP após o golpe, durante o qual o castro-guevarismo teve um papel fundamental, sendo uma das orientações que a organização poderia vir a assumir como estratégia política.

Ainda sob influência da Resolução Política de 1965, foram feitas mudanças na estrutura organizacional da AP, passando-se do sistema de “coordenação” para o de “comandos”¹⁶. Foram criados os Grupos de Ação Armada e de Defesa Popular, incumbidos de atuar na cidade; e uma Comissão Militar, sendo ambos responsáveis pela futura guerrilha no campo. No documento intitulado “Formação do dispositivo armado”, ficou ainda mais clara a influência foquista. No que diz respeito ao comando das lutas política e armada, o texto tentaria encontrar um denominador comum entre a tradição do partido de vanguarda e a guerrilha:

Do ponto de vista estratégico o comando da luta revolucionária deverá ser único. Isto porque um comando estratégico deve ter uma noção de todo o desenvolvimento da luta revolucionária para ter condições de planejar os desdobramentos da luta. Do ponto de vista tático os comandos deverão ser descentralizados, para maior eficiência da luta. Do ponto de vista tático, ninguém melhor que os que estão diretamente dirigindo a luta para definir a melhor tática a ser seguida. A fixação de um comando tático, único, distanciado das ações concretas leva a um distanciamento das condições sociais de luta, levando a consequências desastrosas. (AP apud OLIVEIRA JR., 2000, p. 246)

A criação dos Comandos Regionais, bem como da Comissão Militar, e a presença de ideias foquistas, trouxeram consequências para AP, levando-a a praticar algumas ações militares. São os casos do conhecido atentado ao Aeroporto dos Guararapes, em Recife¹⁷; da expropriação de um banco no interior de Alagoas; e da tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa (OLIVEIRA JR., 2000, p. 268). Vale ainda registrar a informação de Jean Marc van Der Weid, segundo a qual, em 1967, setores da organização chegaram a preparar um plano, não concretizado, para a tomada de cidades no interior do Maranhão, a partir da organização de camponeses liderados por Manuel da Conceição (VAN DER WEID apud RIDENTI, 2002, p. 240).

As ações acima descritas eram acompanhadas de uma visão positiva dentro da organização sobre o processo revolucionário cubano. Em 1966, Cuba era apresentada ao

16 - Para Oliveira Jr. (2000, p. 246) e Ridenti (2002, p. 231), a mudança organizacional, com a criação do Comando Nacional, revela uma influência da Revolução Cubana.

17 - Sobre o atentado e sua repercussão na AP, ver Dias (2017, p. 60-61).

conjunto da AP como um exemplo de que a luta guerrilheira era correta, sendo possível libertar um país da dominação estrangeira, mesmo quando a potência dominadora esteja a menos de 200 quilômetros de distância. Enfim, ela ensinara que quando uma “ditadura domina violentamente o povo e o foco guerrilheiro inicia a luta e conclama o povo e o povo adere, a revolução é vitoriosa e o país se liberta”¹⁸.

O interesse e a permeabilidade da AP ao foquismo vai aparecer de forma ainda mais evidente nos “Textos para debates”¹⁹, organizados pelo Comando Nacional, entre 1965 e 1966, em seu esforço de buscar uma definição ideológica e um caminho de luta contra a ditadura militar. Entre outros textos publicados, estavam o *Guerra de guerrilhas, um método*, de Ernesto Che Guevara; *Fidelismo: a longa marcha da América Latina* e *América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, de Régis Debray.

Inegavelmente, a escolha dos textos não se dava ao acaso. Quando setores importantes da organização projetavam formas eficazes de recriação do foco guerrilheiro, de acordo com as condições brasileiras, observa-se que a discussão de uma perspectiva revolucionária para AP²⁰ processa-se, justamente, a partir da leitura de autores responsáveis pela elaboração da teoria do foco. É o que demonstra, por exemplo, a apresentação do “Texto para debate n. 9”, escrito, possivelmente, por Duarte Pacheco Pereira, responsável pelo setor de formação de militantes. Nesta apresentação, ao comentar o livro de Régis Debray *América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, Pereira afirma que diante da inexistência de condições no continente para a aplicação clássica da guerra de guerrilhas, bem como da consideração de que esta teoria deveria ser não somente assimilada, mas também recriada por cada povo da América Latina, “chegamos assim à tese que defendíamos desde o início²¹: a tarefa mais urgente dos movimentos revolucionários na América Latina é a reinterpretação crítica da teoria do foco”²². Sobre a forma como poderia se concretizar essa “reinterpretação crítica”, afirmava que

18 - Revolução, n. 5, 21 de maio de 1966, p. 5. (FDPP, Caixa 8). (obs. Trata-se do jornal publicado pela AP a partir de 1965, que seria depois substituído pelo jornal Libertação). Perceba-se que a própria denominação dos jornais se relaciona com as ideias cubanas e chinesas respectivamente.

19 - Além dos “Textos para debate”, a AP organizou também os “Textos para militantes”. A diferença entre um e outro, segundo Duarte Pereira Pacheco em observação à margem do “Texto para militante 2”, é que este último, escrito por militantes, apresentava uma perspectiva da própria organização; enquanto o primeiro, que continha escritos de autores variados, tinha uma perspectiva que não era necessariamente da AP. Ver a observação de Pacheco no “Texto para militante n. 2”, (FDPP, Caixa 4).

20 - Sobre estratégia revolucionária foi publicada também a versão chinesa sobre a luta armada, a partir do texto de Lin Piao Salve a vitória da Guerra Popular. (Texto para debate n. 6 – FDPP, Caixa 4).

21 - O documento faz referência aqui a apresentação do “Texto para debate n. 6”, que afirmava que “uma das tarefas mais urgentes para os movimentos revolucionários latino-americanos era a recriação crítica da teoria do foco”. (FDPP, Caixa 4).

22 - “Texto para debate n. 9” (FDPP, Caixa 4). Ver, ainda no mesmo sentido, a apresentação do “Texto para debate n. 11”, intitulado “As tarefas urgentes da Revolução Brasileira”. Este texto, escrito antes da Resolução Política de 1965, foi escolhido para encerrar a série sobre “problemas estratégicos da luta revolucionária” por colocar a discussão sobre a teoria do foco nos devidos termos: “quais são os aspectos positivos e quais são os aspectos negativos da teoria do foco? Como separa-los? E como pensar, a partir dos aspectos positivos da teoria do foco, a estratégia correta para a luta revolucionária na América Latina? Eis a tarefa urgente das vanguardas revolucionárias dignas de nome”. (FDPP, Caixa 4)

é preciso ter claro que, sem o foco, nunca se atingirá um nível de luta e organização que ameace de fato o poder dominante e garanta a continuidade e o crescimento da luta pela tomada evolucionária do poder. Por outro lado, porém, é preciso compreender que o êxito e a continuidade do foco não estarão assegurados se não existirem certas condições mínimas. Todo o problema está na definição dessas condições mínimas. Mas o caminho da revisão crítica parece já esboçado: primeiro, condições mínimas para criar o foco, entre os quais um início de partido revolucionário; depois o próprio foco ajudará a criar as condições máximas.²³

Nessa apresentação, ainda é interessante observar a afirmação de que a adaptação das ideias de Guevara estava contemplada nas formulações da *Resolução Política de 1965*, sobretudo naquelas que diziam respeito à necessidade de que a vanguarda revolucionária criasse as condições mínimas para a implantação do foco guerrilheiro. Neste sentido, indaga o documento se a proposta de uma “etapa de preparação revolucionária ativa”, presente na Resolução, não seria a forma de reinterpretação crítica da teoria do foco. A resposta indica que todo o problema estaria apenas “em definir o conteúdo exato dessa ‘preparação revolucionária’ e, com isso, as condições mínimas para a criação dos focos insurrecionais”²⁴.

Além dos “Textos para debate”, há outros elementos que atestam a presença de ideias foquistas dentro da AP. Em 1967, o Comando Nacional reuniu-se para discutir o livro de Régis Debray, *Revolução na revolução*, responsável pela sistematização teórica do foquismo. Na reunião, não foram feitas críticas ao caminho proposto por Debray para a criação do foco guerrilheiro. Pelo menos é o que indica o documento “Autocrítica do Comando Nacional”, de maio de 1968. Ao que parece, os participantes da reunião aceitaram as ideias fundamentais de Debray, como a de que o partido de vanguarda surge a partir guerrilha:

ao reexaminarmos o problema da construção do partido de vanguarda e da luta armada em função das críticas e das questões contidas e levantadas em *Revolução na revolução*, não poderíamos ter escolhido pior conselheiro. Tanto na Resolução Política de 1965 como em Régis Debray, soma-se, a uma análise da situação oportunista de direita, ou seja, a consideração estratégica do inimigo e o desprezo da força da massa, com a propagação de uma solução oportunista de esquerda,

23 - *Texto para debate* n. 9”. Grifo no original.

24 - *Ibidem*.

aventureira, que é o foco, o início da luta armada sem basear-se na força da massa.²⁵

Como podemos perceber neste documento, há uma crítica importante ao foquismo, que aliás só aumentaria na medida em que a adoção do maoísmo se acentuava na organização, assunto que trataremos adiante. Por hora, vejamos ainda um último tema revelador da importância das ideias cubanas na trajetória da AP: a viagem de militantes à Cuba para treinamento guerrilheiro e participação do I Encontro da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967.

Logo após o golpe de 1964, os primeiros dirigentes que chegaram a Cuba foram Alípio de Freitas e Paulo Wright, que conseguiram escapar do Brasil via embaixada do México. Em território cubano, parece ter havido, segundo informações de Duarte Pereira Pacheco, alguma dificuldade para que os dois recebessem a autorização para o treinamento guerrilheiro (OLIVEIRA JR., 2000, p. 241). Talvez por esta viagem à Cuba, Wright e Alípio, nos debates que ocorriam na AP, foram tidos como defensores da linha cubana, sendo que o último deixou a AP em 1968, juntando-se a outros militantes que criaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que para muitos tinha características foquistas²⁶.

A segunda viagem de militantes da AP a Cuba foi feita por Betinho e, mais uma vez, Paulo Wright, ambos escolhidos para representarem a organização na reunião da OLAS²⁷. No evento, Betinho foi escolhido para participar da Coordenação da organização, permanecendo em Cuba por cerca de onze meses²⁸. As informações sobre a participação dos delegados da AP podem ser vistas no “Informe sobre a I Conferência da OLAS”, provavelmente escrito por Wright e Betinho²⁹. De uma maneira geral, o documento destaca que o grande tema da reunião foi a “luta ideológica” entre “vários partidos revisionistas” e a “maioria da conferência” sobre a atualidade da revolução no continente. A atuação dos membros da AP se deu em torno da defesa “do caráter de classe da luta anti-imperialista na América Latina, do papel central da luta armada na estratégia revolucionária, e da necessidade e atualidade da revolução latino-americana”³⁰.

25 - Autocrítica do Comando Nacional – maio de 1968, p. 58-59. (FDPP, Caixa 3).

26 - Para Gorender (1998, p. 126), por exemplo, “os fundadores do PRT captaram a orientação cubana, porém a modificaram pelo fato de organizarem um partido”.

27 - Vale registrar que, ao mesmo tempo, no segundo semestre de 1967, uma comissão formada por José Renato Rabelo, Jair Ferreira de Sá, Ronaldo Freitas, José Novaes e Carlos Walter Aumond viajou para a China, sendo que Jair ficou mais tempo que os demais. Após a volta ao Brasil, Jair Ferreira de Sá viria a ser um dos principais responsáveis pela adoção do maoísmo e um dos maiores críticos das tendências foquistas no interior da AP.

28 - Sobre o período de Betinho em Cuba, ver SOUZA (1996, p. 79) e SOUZA (1978, p. 40).

29 - Segundo informação de Oliveira Jr. (2000, p. 309).

30 - Informe sobre a I Conferência da OLAS – 1968 (FDPP, Caixa 3).

O Informe sobre a participação na OLAS foi discutido pela direção da AP em reunião do Comando Nacional em janeiro de 1968, recebendo críticas por parte de alguns de seus membros em pelo menos dois de seus aspectos. Em primeiro lugar, ressalva-se o fato de os delegados não empreenderem uma clara autocrítica sobre a defesa, feita na OLAS, da teoria de que na sociedade brasileira não haveria a presença de características feudais no campo, além da negação do papel revolucionário da burguesia, temas que não haviam sido resolvidos internamente na AP. O segundo ponto, dizia respeito à ausência de esclarecimento, no Informe, sobre o posicionamento da OLAS frente à proposta de aprovação do foco como linha militar, bem como do fidelismo como orientação política geral para a América Latina³¹.

Como se percebe pelo teor da reunião que discutiu o Informe de participação na OLAS, as ideias maoístas já haviam avançado dentro da AP, conseguindo a adesão de boa parte dos membros da direção. Entretanto, a adoção definitiva do maoísmo pela organização seria fruto de um tortuoso processo, que causaria grande desgaste nas forças da Ação Popular.

O afastamento do foquismo e a adesão ao maoísmo

Militantes da AP prepararam, em 25 de julho de 1966, um atentado à bomba contra o General Costa e Silva, que estava em simulacro de campanha política pelo Brasil. O objetivo era explodir o artefato às 8h45, horário marcado para a chegada do general no Aeroporto dos Guararapes, em Recife. A bomba explodiu e matou duas pessoas, deixando quatorze feridas, sendo que o general estava longe do local por causa de problemas em seu avião, que nem chegou a decolar de João Pessoa. O responsável pelo atentado foi Alípio de Freitas, membro da Comissão Militar (GORENDER, 1998, p. 122-123).

O episódio de Recife é apontado por alguns autores como um marco tanto do auge da influência foquista na AP, como do momento a partir do qual a organização reavalia seu posicionamento em relação a Cuba, abrindo espaço para uma rápida aproximação do maoísmo e da estratégia de *guerra popular prolongada*. A nosso ver, essa interpretação procura facilitar a explicação de um processo extremamente complexo como o que levou a AP a aderir ao maoísmo. Certamente, o episódio foi criticado no interior do partido (DIAS, 2017, p. 66-67) e pode ter sido usado como argumento por aqueles que eram favoráveis ao exemplo chinês. Entretanto, o abandono das ideias foquistas seria lento, e se processaria entre o final de 1966 e durante o ano de 1967, a partir de longos debates internos sobre a análise da sociedade brasileira, sobre a luta armada e as diferenças entre foquismo e guerra popular, não podendo, assim, ser creditado a um único episódio.

31 - As informações sobre a reunião que discutiu a participação de Betinho e Wright na OLAS se encontram no documento "Esboço de um histórico da corrente 1 – março de 1969, p.18-19. (FDPP, Caixa 5).

Nesse processo, o ano decisivo é 1968, marcado pelo retorno de Betinho, que se encontrava em Cuba, bem como dos militantes que estavam na China. Tratou-se do período em que originaram-se duas linhas dentro da AP, linhas estas que embora divergissem sobre várias questões, localizavam no foquismo suas diferenças fundamentais. Nas palavras de Betinho:

quando eu voltei de Cuba, voltaram também os companheiros da China. Então, entram em briga, em contradição, duas linhas: a linha maoísta e a linha guerrilheira, foquista. Eu vinha da linha foquista, vinha de Cuba. A direção é tomada pela linha maoísta. (SOUZA, 1996, p. 82)

Jair Ferreira de Sá, que ficara alguns meses na China, entre 1966 e 1967, é apontado como o principal responsável pela adoção do maoísmo. Com a chegada dos dois grupos formaram-se dentro da organização as correntes conhecidas como “Corrente 1” e Corrente 2”, a primeira identificada com as ideias chinesas, e a segunda com o ideário cubano³².

Em um documento de autoria de Jair Ferreira, “Esboço de um histórico da corrente 1”³³, datado de março de 1969, é possível acompanhar a sua versão sobre a ofensiva das ideias Mao Tse-tung dentro da AP entre 1967 e 1968 e, ao mesmo tempo, a persistência de ecos da influência cubana na organização. Em uma reunião de outubro de 1967, a primeira desde a chegada dos militantes vindos de Cuba e China, discutiu-se a viagem dos dois grupos. Na discussão sobre a OLAS, reconheceram o Partido Comunista Chinês (PCCh) como “vanguarda proletária mundial” e foi definido que seria com ele que a AP teria “uma relação de aliança privilegiada”. Quanto ao Partido Comunista Cubano (PCC), definiu-se com ele uma aliança “estreita”, sem especificar, contudo, se era “reconhecido ou não como partido proletário”. Quanto à crítica ao foco, “se manteve uma atitude de estudar melhor a questão, mantendo-se a posição anterior favorável”³⁴.

Na reunião de janeiro de 1968, na qual se discutiu o Informe sobre a participação na OLAS, ficou decidido ainda o reconhecimento do papel de vanguarda do PCCh na revolução mundial e de crítica ao revisionismo de Khrushov. Ainda uma vez não se chegou a um consenso sobre o “revisionismo de esquerda, o fidelismo”, nem sobre o caráter do PCC e da

32 - Esta designação, usada no debate interno nos anos 1960, e depois utilizada por Lima e Arantes (1984, p. 71) em seu livro sobre a AP, acabou se tornando comum nos trabalhos sobre AP. Segundo os autores, a “Corrente 1”, que aglutinava em 1967 a maioria da direção, se identificava plenamente com maoísmo. A “Corrente 2”, por sua vez, não aceitava a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo; consideravam a sociedade brasileira capitalista, propondo uma revolução socialista e viam a necessidade da construção de um partido proletário. Quanto ao caminho da revolução, mesmo não tendo clareza, “seus mais destacados representantes” teriam “nítida posição foquista”.

33 - O documento encontra-se no FDPP, Caixa 5.

34 - Esboço de um histórico da corrente 1, p. 16.

Revolução Cubana. No que diz respeito ao foquismo, foi aprovado, “inclusive a ser divulgada internacionalmente”, a crítica ao foco e a luta por uma guerra popular dirigida pela classe operária. Ainda assim, não teria sido possível aprovar a crítica ao “revisionismo de esquerda”, definindo-se apenas “uma política quanto ao Partido Comunista Cubano de aliança política e de luta ideológica”³⁵.

Na reunião do Comando Nacional, realizada em março de 1968, foi tomada uma importante decisão a respeito do significado que assumiria o maoísmo dentro da AP: “a definição formal, proposta por *Do*.³⁶, do Comando Nacional, pelo marxismo-leninismo, reconhecendo no pensamento de Mao Tse-tung a 3ª etapa do marxismo-leninismo”³⁷. Em abril, em outra reunião, demonstrando a adesão definitiva da AP ao maoísmo, e a crítica a que passaria a ser submetida a influência cubana, foi decidido a suspensão do envio de um grupo de militantes a Cuba. O motivo foi a ausência de um posicionamento claro do conjunto do “partido” sobre o “fidelismo e o foquismo”, com o risco de que os militantes voltassem influenciados pelas ideias cubanas, querendo “arrastar o partido para ações fidelistas clássicas, o que redundaria em atraso para a revolução brasileira”. Por fim, havia a possibilidade de uma viagem à China, opção que deveria ser priorizada³⁸.

Como pudemos perceber, entre 1967 e 1968, o maoísmo ganha espaço dentro da AP, mas, ao mesmo tempo, a defesa de muitos aspectos da Revolução Cubana continua presente na organização. Nessa conjuntura, cada reunião do Comando Nacional exigia acordos entre partidários do maoísmo e defensores de aspectos do castro-guevarismo, o que afasta, a nosso ver, a interpretação de que o foquismo fora abandonado por causa do malogrado atentado do Recife. O desfecho das discussões entre as correntes internas da AP, no que diz respeito à adesão às ideias de Mao Tse-tung, efetivou-se na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em julho de 1968.

Nessa reunião, foi aprovado o documento que marcaria a aceitação definitiva do maoísmo como estratégia revolucionária pela AP, intitulado “Os seis pontos”, de responsabilidade de Jair Ferreira de Sá (LIMA; ARANTES, 1984, p. 70). Além da adesão ao maoísmo, o texto apresentaria uma avaliação contundente sobre o foquismo, que é retratado como um meio “burguês e revisionista”, por sua base teórica e sua posição de classe. Criticaria ainda o foco por negar o papel dirigente da classe operária e desprezar o papel do partido. Sobre o comunismo internacional, insere Cuba no campo dos países revisionistas pela sua “natureza de classe do poder, de partido, origem e orientação na construção do P. [Partido], linha de construção do socialismo; política internacional de conciliação com o revisionismo; vacilação frente ao imperialismo, vacilação frente a revolução mundial”³⁹.

35 - Esboço de um histórico da corrente 1, p. 20.

36 - Trata-se de Dorival, nome utilizado por Jair Ferreira de Sá na clandestinidade.

37 - Esboço de um histórico da corrente 1 p. 27.

38 - *Ibidem*, p. 28.

39 - Os seis pontos (FDPP, Caixa 3).

Ainda na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, foram expulsos vários representantes da “Corrente 2”, responsáveis pelo documento “Duas posições”, que criticava a transplantação, imposta pelo “Esquema dos seis pontos”, da experiência chinesa para o Brasil. O documento era favorável à revolução socialista e à “luta armada de massas”, além de defender a Revolução Cubana das críticas presentes no documento de Jair Ferreira de Sá. O grupo expulso, do qual fazia parte Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, viria a formar, junto com militantes provenientes de outras organizações, o PRT, que para alguns tinha feições foquistas.

Com a saída desses militantes, a Ação Popular seguiu sua trajetória rumo à adesão oficial ao ideário maoísta. Em 1971, na sua III Reunião Ampliada, a organização passa a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML), assumindo, assim, o formato de partido leninista. Em 1973, o grupo incorporou-se ao PC do B, tornando-se formalmente extinta a organização surgida no início dos anos 1960. Um grupo de militantes que discordava de questões teóricas e organizativas relacionadas com a incorporação, por sua vez, continuou organizado sob a sigla APML, que continuaria existindo até os anos 1980, quando se dissolveria no Partido dos Trabalhadores (PT).

Conclusões

No que diz respeito aos motivos e ao significado da maoização da AP, existem variadas interpretações. No livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), encontramos a defesa de que a organização seguiu o rumo mais adequado, saindo de um posicionamento cristão e idealista até chegar a uma prática marxista-leninista e, portanto, revolucionária. Visão distinta dessa é defendida pelos remanescentes do PRT. Altino Dantas, por exemplo, aponta o processo de adesão ao maoísmo como profundamente mecanicista, revestindo-se, inclusive, de aspectos dogmáticos, como a exigência de que os militantes assumissem explicitamente a ruptura com a consciência religiosa. Na política, esse tipo de interpretação do maoísmo apareceria através da transposição mecânica das práticas em curso na China. (DANTAS apud GARCIA, 1979)

Para Reis Filho (1991), o maoísmo possuía uma série de características que atraíram a AP. As críticas ao revisionismo soviético, as propostas de revolução violenta, a ênfase no campo como cenário privilegiado da luta revolucionária, as críticas às concepções tradicionais de fazer política, típicas do modelo leninista de partido, são alguns dos atrativos que a AP teria enxergado no maoísmo. Além desses, um último aspecto, mas não menos importante, seria a existência de uma “ética maoísta”,

caracterizando a ação revolucionária como um serviço ao povo, valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo, etc., propunha uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada Teologia da Libertação. (REIS FILHO, 1991, p. 130-131)

Por fim, há uma abordagem muito original a respeito do caminho trilhado pela AP, do *cristianismo*, passando pelo *guevarismo* até chegar ao *maoísmo*, que é feita por Marcelo Ridenti. O autor explica esse percurso através da utilização do conceito de *romantismo revolucionário*⁴⁰, que estaria presente nos três ideários que marcaram a trajetória da organização. Assim, para Ridenti (2002)

vários traços românticos permitiram uma afinidade entre o cristianismo, por um lado, e o guevarismo e maoísmo por outro: a identificação com o camponês, tomado como autêntico representante do povo; a negação do processo imperialista de industrialização e urbanização, que oprimiria o povo e a nação; o combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular etc. (RIDENTI, 2002, p. 256).

Restaria ainda registrar uma interpretação sobre a adoção do maoísmo por parte da AP, sugerida por Luis Antonio Duarte, ex-dirigente regional da organização. Duarte sugere a necessidade de considerarmos a importância da inserção social da AP antes do golpe de 1964, o que tornava difícil aos seus membros aceitarem uma teoria que se desvinculasse da sociedade (o foquismo), ao mesmo tempo em que os predisponha às ideias de Mao Tse-tung:

Num primeiro momento ela (a teoria do foco) foi o embalo, mas logo, logo, vem a crítica do foco. Porque a gente tinha ligação com as massas. Foi diferente por exemplo da experiência do Lamarca que saiu da estrutura exército, pra uma estrutura do foco. Não tinha ligação com a

40 - Ridenti (1997, p. 414-422) utiliza o conceito de romantismo revolucionário elaborado por Michael Löwy e Robert Sayre (1995).

massa, nós não, ia a sindicato, frequentava bairros, frequentava igreja, a gente tinha ligações com a comunidade, a gente tinha... tem um famoso documento da AP, chamado Linha de Massas, que se eu não me engano foi escrito pelo Duarte Pacheco (...) Linha de massas, então, a preocupação de fazer um trabalho de massa que a transformação social não ia ser feita por um grupo rebelde iluminado, não ia ser o foco. Se as massas... a ideia de que as massas é que fazem a história, a transformação social, revolucionária vem através das massas. É claro que vai ter o grupo dirigente, ter o partido, vamos dizer, como é que é, de vanguarda, né? Mas não pode abrir mão da linha de massas, e tem uma experiência que eu acho que clarifica isso aí.⁴¹

Seja qual for a interpretação que melhor explique a experiência vivida pela AP em sua adesão ao marxismo, o fato é que esta desenvolvera-se sob influência do maoísmo, até que a organização se incorporasse ao PC do B nos anos 1970. Esperamos ter demonstrado que essa passagem da AP ao marxismo foi muito mais complexa do que se costuma apontar. Sobre ela pesavam divergências sobre a análise da sociedade brasileira, a estratégia revolucionária e de luta contra o regime militar, os dilemas do Movimento Comunista Internacional, entre outros problemas. E, para finalizar, pudemos perceber que o castro-guevarismo, em certo momento, chegou a ser discutido como opção viável para AP, sendo preterido em relação ao maoísmo em meio a longos e difíceis embates entre os membros da Ação Popular. Em outras palavras, não estava dado que a organização seguiria o caminho do maoísmo, este fora o projeto vencedor entre outros possíveis que existiam no interior da organização e nos debates da esquerda no período.

Referência

- A AMÉRICA Latina não se renderá. *O Metropolitano*. Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro]. 23, abril, 1961.
- A VERDADEIRA face da revolução. *O Metropolitano*. Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro]. 25, dez., 1960.
- BARÃO, Antonio Carlos. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, v. 1, p. 259-316.

41 Entrevista realizada por Mônica Oliveira (2005) para sua dissertação de mestrado sobre processo de “integração na produção” realizado pela AP.

- CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, J; REIS, D. A. (orgs.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99-130.
- CUBA: decisão continental. *O Metropolitano: Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro*. 04, set., 1960.
- CUBANOS no Rio. *O Metropolitano: Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro*. 05, maio, 1959.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.
- DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná – 1962/1973*. Dissertação de mestrado, Assis, UNESP, 1997.
- . *A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e a renovação da esquerda na experiência da Ação Popular (1962-1981)*. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP, 2004.
- . *Histórias da AP. Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- DUARTE, Hugo Villaça. *A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1962-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2010.
- FIDEL na praça e na UME. *O Metropolitano. Órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro*. 10, maio, 1959.
- FUNDO DUARTE PEREIRA PACHECO (FDPP). Caixas 3, 4, 5 e 8. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Campinas: UNICAMP.
- GARCIA, Marco Aurélio. AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em Tempo*, São Paulo, 1979.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GUEVARA, Che. A guerra de guerrilhas. In: ----- . *Obras completas*. São Paulo: Edições Populares, v. 9, 1981.
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 75-81.
- OLIVEIRA JR., Franklin. *História da Ação Popular*. Tese (Doutorado em História). Recife, UFP, 2000.
- OLIVEIRA, Mônica de. *Militantes operários e operários militantes. A experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2005.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 130-131.
- RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário nos anos 60. In: ALMADA, Izaías, FREIRE, Alípio e PONCE, J. A. Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 414-422.
- . *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil vol. V*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 213-282.

- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- SÁ, Karolina Kneip de. *Ação Popular do Brasil: da JUC ao racha de 1968*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2015.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.
- SANTANA, Cristiane Soares de. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2008.
- SOUZA, Herbert José de. Depoimento. In: CAVALCANTE e RAMOS (orgs.). *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1978.
- _____. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Recebido em 31/08/017

Aprovado em 23/05/2018